

É possível educar para a cidadania e a construção de uma sociedade menos polarizada e mais justa? Ecos dos primeiros cem dias no MEC

Claudia Costin

Resumo

No artigo busquei descrever o grande desafio do novo governo em lidar com a mal coordenada resposta educacional à crise da COVID nos anos 2020 a 2022, dada certa inoperância do Ministério da Educação, por vezes mais envolvido com uma pretensa guerra ideológica com a universidade que em implementar a política nacional de educação. Ressaltei na sequência os primeiros atos e declarações do ministro da educação, relacionados com o imperativo de se colocar o sistema educacional público em tempo integral, promover uma alfabetização com base em evidências científicas, implementar a lei de educação digital sancionada ainda no mês de janeiro, recuperar a qualidade da merenda escolar, aperfeiçoar o ensino médio e combater a evasão escolar. Procurei ressaltar a complexidade destas realizações, que demandarão esforços grandes e que se construa uma escola que dialogue com os enormes desafios do século 21.

Abstract

In the article I sought to describe the great challenge of the new government in dealing with the poorly coordinated educational response

to the COVID crisis in the years 2020 to 2022, given a certain inoperativeness of the Ministry of Education, sometimes more involved in a pretended ideological war with the university than in implementing national education policy. I then highlighted the first acts and declarations of the Minister of Education, related to the imperative of making the public education system full-time, promoting literacy based on scientific evidence, implementing the digital education law sanctioned in January, recovering the quality of school meals, improving high school education, and fighting school drop-outs. I tried to emphasize the complexity of these achievements, which will require great efforts and the construction of a school that dialogues with the enormous challenges of the 21st century.

Quando o ano de 2022 terminou, muitos respiros aliviados ocorreram, em parte significativa da sociedade. Uma fase complicada de nossa história parecia ter encerrado em que eventos e a política do espetáculo se tornavam mais importantes que a boa gestão de políticas públicas. Isso não foi diferente na educação. Apesar do alto nível de profissionalização do MEC e do INEP, a drenagem de recursos das instituições federais de ensino superior, os atrasos constantes no programa do livro didático (PNLD) e as ameaças ao ENEM, que não teve seu banco de questões atualizado com itens devidamente pré-testados e, mais importante, a falta de interesse por coordenar a política nacional na educação básica trouxe uma série de problemas.

Mas nada se comparou à crise da COVID. Com quase dois anos letivos inteiros com escolas total ou parcialmente fechadas, num país com baixo acesso a conectividade e a equipamentos entre a população mais vulnerável, a aprendizagem de crianças e jovens foi muito prejudicada. E aqui também, o MEC não considerou o seu papel de articular as redes públicas de ensino para assegurar uma resposta educacional à pandemia, como ocorreu em muitos países, vários deles repúblicas federativas como o Brasil.

O desastre só não foi maior porque duas importantes organizações que congregam secretários se organizaram para pensar estratégias juntos, trocar boas práticas e apoiar os que tinham mais dificuldades, o CONSED, que congrega os secretários estaduais de educação e a UNDIME que reúne os dirigentes municipais. Ambas acionaram o Conselho Nacional de Educação frente a incertezas sobre como atuar nesta triste crise, para assegurar a continuidade das aprendizagens.

O fim do ano trouxe também incertezas. Havia um risco grande de se desconstruir inclusive o pouco que o país havia construído em educação, dada a extrema polarização ocorrida no período do ex-presidente Bolsonaro. Neste sentido, a escolha de Camilo Santana, ex-governador do Ceará como ministro e de sua sucessora e antiga secretária de educação de Sobral, responsável por um dos melhores casos de transformação de uma rede de escolas municipais e, posteriormente, da educação de todo o estado, Izolda Cela, tranquilizou aqueles que se comprometem com aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

Na verdade, este compromisso foi assumido por nós, quando aprovamos a Agenda 2030 em educação, expressa no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que preconiza que iremos assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Na sua meta 4.1 o texto que os 193 países assinaram estabelece que, até 2030, iremos garantir que todas as meninas e meninos possam “concluir o ensino primário e secundário, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e efetivos”. Ou seja, há também que se monitorar e avaliar se todos estão aprendendo como deveriam e criar ações indutoras para que as eventuais insuficiências sejam corrigidas.

Não há como se fazer isso sem uma agenda de transformação sistêmica, centrada em boas políticas educacionais, coordenadas e articuladas a partir do governo federal, integrando as outras esferas federativas. De fato, não será com “homeschooling” ou “escolas cívico-militares” que isso será alcançado- não existe bala de prata em educação ou em qualquer outra política pública. Teremos que atuar em diversas frentes ao mesmo tempo:

- Tornar a profissão de professor mais atrativa por meio de melhores salários e de jornadas menos fragmentadas entre diferentes escolas;
- Formar os futuros professores em instituições de ensino superior, para uma das mais complexas das profissões, em um maior diálogo entre teoria e prática;
- Selecionar novos professores de maneira mais eficiente, mas incluindo prova didática e não apenas prova escrita e títulos;
- Usar melhor o estágio probatório como etapa formativa complementar, fazendo uso de professores tutores e observação de práticas em sala de aula;
- Assegurar uma formação continuada em serviço de qualidade, com base em dados de aprendizagem dos estudantes e observação de práticas docentes, preferencialmente colaborativa, na própria escola ou em Centro de Formação de professores;
- Avançar progressivamente na direção de uma educação integral, em tempo integral para todos os alunos da educação básica, com professores alocados preferencialmente a uma única escola, em regime de dedicação exclusiva;
- Aperfeiçoar a alfabetização, com base em evidências científicas, em regime de colaboração com as redes estaduais;
- Assegurar que crianças pequenas tenham acesso a bons programas integrados na Primeira Infância, a creches e pré-escolas de qualidade;
- Avaliar e monitorar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e jovens, na perspectiva de uma educação integral, garantindo melhorias contínuas na qualidade da educação oferecida e na progressão dos alunos.
- Fazer uma constante busca ativa de alunos que abandonam a escola, acolhendo-os de forma a garantir sua permanência;
- Implementar a Base Nacional Comum Curricular e os referenciais curriculares de cada esfera federativa e cada escola, garantindo-lhes aperfeiçoamento regular, na medida dos aprendizados decorrentes de sua implementação.

Esta lista de iniciativas não é exaustiva, apenas pretende apontar para a complexidade e interconexão das ações necessárias para melhorar a qualidade da educação básica no país. É importante notar que a última ação apontada inclui uma educação para valores e atitudes, inclusive para a cidadania que, se bem-feita, ajuda a combater a própria polarização em que estamos imersos.

Neste texto, procurei trazer uma análise geral sobre o que foi adiantado pelo novo governo e sobre avanços educacionais necessários para a construção de uma sociedade mais coesa e não tão polarizada e facilmente capturável por populismos de toda sorte. Como se trata aqui de uma reflexão livre a partir de anos de prática em políticas educacionais, o texto é de natureza não acadêmica (portanto não incluí notas de rodapé ou referências bibliográficas) e reúne o que pude observar acompanhando os esforços que o Brasil tem feito para melhorar a Educação Básica.

1. Os primeiros 100 dias e o Ministério da Educação

A posse do presidente Lula foi precedida de um período de transição organizado em diferentes áreas de atuação do futuro governo. Participei do grupo de transição da educação e pude ver como, neste período, diferentes instituições públicas e organizações da sociedade civil foram ouvidas.

O relatório resultante das conversas foi entregue ao novo ministro, assim que foi indicado, mas não foi tornado público. Em sua primeira entrevista, no dia 2 de janeiro de 2023, Camilo Santana destacou, como suas prioridades em Educação Básica:

- Ensino em tempo integral;
- Alfabetização na idade correta;
- Recuperação da qualidade da merenda escolar;
- Combate à evasão escolar;
- Fortalecimento e aperfeiçoamento do ENEM;
- Acesso dos alunos e professores à tecnologia.

No dia 11 de janeiro de 2023, o presidente Lula sancionou a lei que estabelece a Política Nacional de Educação Digital, aprovada pelo Congresso no ano anterior. A Lei 14.533 constrói caminhos para ampliação do acesso dos brasileiros à tecnologia, com capacitação, educação e pesquisa digital.

Estudos vêm sendo conduzidos no Ministério da Educação sobre como avançar mais rapidamente para assegurar conectividade para fins pedagógicos em todas as escolas, com os recursos disponibilizados para essa finalidade. Os problemas não são fáceis de serem enfrentados, já que ainda existem unidades escolares sem eletricidade, embora sejam poucas. Mas em boa parte, o uso da conectividade limita-se à administração escolar.

Outro impasse vivido se relaciona à implementação do Novo Ensino Médio, que, aprovado em 2017, a partir de uma Medida Provisória que, posteriormente transformou-se em lei, estabelece um modelo semelhante aos demais países com bons sistemas educacionais, aumentando a carga horária e permitindo que alunos escolham áreas de aprofundamento (os itinerários formativos). O ministro, nas entrevistas iniciais, colocou-se contra a revisão do modelo, pleiteado por associações de professores que temem perder carga horária em algumas disciplinas. No início de março, no entanto, anunciou, por portaria, uma rodada de consultas e seminários para aperfeiçoar o Ensino Médio que vem sendo implementado há cerca de dois anos em todos os estados da federação.

O ministro, de fato, acompanhou de perto a implementação do Novo Ensino Médio em seu estado e avançou de forma expressiva na direção do tempo integral, um dos pontos da lei do ensino médio. Foi o terceiro estado com maior número de matrículas nesta modalidade. Não foi por acaso. Procurados por Pernambuco, estado pioneiro em colocar a maior parte de suas escolas em 6 a 9 horas de aula, para que os ajudassem em melhorar, em regime de colaboração com seus municípios os anos iniciais do ensino fundamental, o estado do Ceará não só aceitou, como resolveu replicar o ensino médio deles. Anteriormente, o Ceará havia colocado apenas as escolas técnicas em tempo integral.

Num outro ponto anunciado nas primeiras entrevistas do ministro, a melhoria da merenda escolar, foi anunciado no dia 10 de março de 2023 um reajuste de até 39% nos repasses dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Com isso, o orçamento destinado à compra de merenda passou de R\$ 4 bilhões para R\$5,5 bilhões, o que é importante para a segurança alimentar tão afetada pela pandemia. É bom lembrar também que a merenda incorpora alimentos produzidos por agricultura familiar.

Ainda há muito o que fazer para recuperar as aprendizagens perdidas durante o prolongado fechamento das escolas, dado que houve, no governo anterior pouca articulação dos entes federados e suporte aos municípios mais frágeis na resposta educacional à COVID. Muitos estados, neste sentido, apoiaram seus municípios, mas em 2023 ainda será necessário um esforço grande de recomposição das aprendizagens.

2. Os discursos de ódio e a educação para a cidadania

Há alguns anos, o Brasil vive uma polarização política que ingressou nas salas de aula, com alunos, alguns até pequenos, preferindo ofensas àqueles que se afiliam a posições diferentes no espectro político ou repetindo acriticamente frases que escutam de seus familiares ou amigos. No último governo, esta situação atingiu seu ápice e frases de ódio ao outro se tornaram ainda mais frequentes, evidenciando a urgência de se utilizar, no processo de ensino, um dos pilares da Educação, de acordo com o Relatório Delors da UNESCO, o de “Aprender a Viver Juntos”. Jacques Delors afirmava no relatório que os jovens precisam ser educados para estarem bem com suas identidades, ou seja, devem “aprender a ser”, mas ao mesmo tempo definir-se não em contraposição ao outro e sim como algo que minha hereditariedade me trouxe, minhas preferências ou inclinações me levaram a construir como parte de mim. Assim deveríamos simultaneamente aprender a ser e a conviver, a base da educação para a cidadania, inclusive de uma cidadania planetária.

O próprio ODS-4 da Agenda 2030 aponta a importância de se educar para uma convivência pacífica e para uma comunicação não agressiva. Evidentemente, isso demanda um investimento em formação de professores para esta prática e a elaboração de materiais que apoiem os mestres.

Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular foi um avanço ao explicitar a necessidade de se desenvolver essas habilidades entre os educandos, incluindo um elemento de educação midiática, a habilidade de se utilizar diferentes mídias com segurança, ética e um olhar crítico, buscando entender as fontes das informações ali contidas. No mesmo sentido, a responsabilidade em desenvolver autocontrole e evitar comportamentos potencialmente explosivos e de assédio a colegas.

Também é importante que a escola consiga envolver os pais e responsáveis num processo de construção de relações mais saudáveis entre as crianças e jovens e que possa assumir compromissos com as famílias.

Um currículo que permita a educação para a cidadania não demanda uma disciplina à parte. Na condução normal das aulas, os mestres podem, em aulas de história, língua portuguesa ou geografia, criar diálogos em que diferentes visões sejam colocadas na mesa e conduzir discussões sobre elas. Isso leva não apenas a maior aprofundamento do conteúdo das disciplinas como ao desenvolvimento do pensamento crítico e de um ponto destacado na BNCC- o protagonismo do aluno.

Para tanto, o fortalecimento dos grêmios estudantis ou até de clubes de protagonismo pode ter um papel ainda mais relevante do que é ensinado em sala de aula. Da mesma maneira, a realização de assembleias estudantis, que podem ser realizadas a partir de demandas dos alunos ou ocorrer de forma sistemática na grade escolar, também são bem-vindas. Mas vale a pena que, desde a educação infantil, o processo de escuta e a maneira de passar a palavra a cada participante seja praticada com orientação dos docentes, de acordo com a idade e série do aluno.

O interessante, nas próprias prioridades definidas pelo novo governo, é que, para que tudo isso funcione bem, a ampliação da carga horária é fundamental. A continuidade de jornadas escolares de 4 horas in-

viabiliza um processo de ensino-aprendizagem com maior engajamento dos alunos e que não seja “conteudista”. Além disso, atividades de protagonismo jovem também demandam tempo e estrutura. Educar para a democracia e para os direitos humanos demanda tempo e reflexão, mas é o que irá permitir que nos diferenciemos dos algoritmos ou “robôs” que tendem a nos substituir no mundo do trabalho e até na sociedade, se não tomarmos cuidado. Daí a importância de fortalecer, na educação, o que nos define como humanos.

3. Educar para o trabalho, para a cidadania ou para a vida?

A educação, como afirmei acima, deve ser integral, não só no sentido do tempo de aula, mas envolvendo o ser humano na sua completude, incluindo o desenvolvimento de competências socioemocionais, como persistência, abertura ao novo, empatia ou resiliência. Neste sentido, ela consiste na transmissão das aprendizagens acumuladas pela humanidade às novas gerações, ao mesmo tempo em que são preparadas para romper paradigmas e trazer suas próprias contribuições ao repertório histórico de experiências e conhecimentos.

Educar, assim não se limita em preparar para uma futura profissão. Até porque, no contexto da chamada “4ª revolução industrial” ou o “Futuro do Trabalho”, postos de trabalho e mesmo profissões inteiras poderão ser automatizadas ou extintas. Evidentemente, outras surgirão, mas demandarão competências muito mais sofisticadas, dado que a Inteligência Artificial tenderá a substituir habilidades cognitivas básicas.

Neste sentido se fortalece a necessidade de formar jovens capazes de formular análises mais aprofundadas, resolver colaborativamente problemas com criatividade, pensar crítica e sistemicamente e sobretudo de aprender ao longo da vida, inclusive para se reinventar profissionalmente.

A educação para a vida inclui também a formação para fruição do belo e do instigante, o domínio das artes. Neste sentido, expõe a criança e o jovem a diferentes formas de expressão e associa-as a constructos históricos e identitários de espaços diversos que enriquecem seus reper-

tórios culturais. Além disso, trazem outras possibilidades de leitura de mundo e também apoiam um processo de diálogo em que não há certo e errado no gosto por este ou aquele gênero de expressão artística, distensionando, de certa maneira, relações polarizadas.

O campo da educação básica, dada a complexidade do processo de ensino-aprendizagem para desenvolver competências tão diversas e relevantes não tem mais como se manter limitado a meio período por dia. Uma educação que utilize metodologias ativas, que não se limite a transferir mecanicamente conteúdos em aulas expositivas a serem copiadas em cadernos, que proporcione aplicação dos conhecimentos adquiridos na resolução de problemas da realidade, de forma colaborativa e com criatividade, demanda um ensino em tempo integral, com atividades diversificadas. E que permita atividades físicas e lúdicas que promovam um desenvolvimento saudável de cada aluno.

4. À guisa de conclusão: algumas pré-condições

Para avançar nesta direção, não basta que se coloquem, como fizeram os países com bons sistemas educacionais, os estabelecimentos de ensino em turno único de 7 a 9 horas de jornada diária. O Brasil precisará construir, ao longo do tempo, aproveitando a transição demográfica que tende a diminuir a população estudantil da Educação Básica, algumas pré-condições para que o modelo funcione bem.

Para tanto, precisamos estruturar nossas escolas com salas de aula com conectividade e espaço para formação de grupos de discussão, salas de leitura com acervos físicos e digitais atualizados e diversificados, de forma inclusiva. Deverão também contar com laboratórios de ciências adequados à faixa etária e etapa de ensino para permitir um aprendizado por meio de experimentação, clubes de protagonismo jovem, quadras poliesportivas e ambientes para assembleias e montagens de peças de teatro ou apresentações musicais dos alunos.

Mas mais do que tudo, precisaremos ter escolas que contem com professores motivados e preparados para a mais complexa das pro-

fissões. Neste sentido, é urgente que o MEC se pronuncie sobre a Base Nacional Comum de formação de professores, de forma que possamos ter maior diálogo, tanto na formação inicial como continuada, entre teoria e prática. Não se pode colocar o aluno no centro do processo educacional apenas expondo os mestres a um conjunto de teorias.

Além disso, se queremos de fato ensinar colaboração aos alunos, será muito importante que os mestres tenham espaços para colaborar tanto no planejamento das aulas quanto no aprendizado em equipe. Assim, as salas de professores precisam conter não apenas uma mesa de reunião, mas salinhas separadas para pequenos grupos de docentes ou para se receber os alunos que queiram tirar dúvidas.

Da mesma maneira, é urgente tornar a profissão de professor mais atrativa, melhorando as remunerações e alocando os professores preferencialmente numa única escola, contratando-os para uma carga horária de 40 horas semanais, aí incluído o tempo de atividades extraclasse, como ocorre com os demais profissionais de nível superior.

Claudia Costin é fundadora e diretora do CEIPE FGV – o Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Foi Diretora Global de Educação do Banco Mundial e, em 2019, membro da Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É professora visitante da Faculdade de Educação da Universidade de Harvard. Foi ministra da Administração e Reforma do Estado, secretária de Cultura do Estado de São Paulo e secretária de Educação do município do Rio de Janeiro.